



NÚCLEO DE ESTUDANTES DE
ENGENHARIA ELETROTÉCNICA E DE COMPUTADORES
DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Ata

Reunião Geral de Alunos

A cinco de fevereiro de dois mil e dezoito decorreu na Antiga Biblioteca do Departamento de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores uma reunião geral de alunos. A mesma teve uma primeira chamada pelas dezoito horas e onze minutos onde se encontravam presentes dezoito pessoas. A reunião teve início com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Resolução dos problemas relacionados com a disciplina de Computação Gráfica.

Jorge Batista, coordenador do Mestrado Integrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (MIEEC), começou a reunião com um pequeno discurso sobre o assunto a debater referindo que este assunto deveria ter chegado à coordenação do curso muito mais cedo, ainda no decorrer da edição anterior da cadeira. Referiu também que, na sua opinião, acha desnecessário a necessidade de ser publicado o documento que foi publicado. De qualquer forma, reitera que o seu objetivo é que fiquem esclarecidos todos os pormenores que foram alvos de queixa de forma a que a edição da unidade curricular que vai agora começar corra da melhor forma possível. Após o discurso, Afonso Lemos, vice-presidente da mesa do plenário do NEEEC/AAC, saúda todos os presentes e abre oficialmente a reunião e passa a palavra ao coordenador geral da Pedagogia do NEEEC/AAC.

Carlos Simões, coordenador geral do pelouro da Pedagogia, introduziu o tema a debater informando sobre a sucessão de acontecimentos relacionados com o ponto de trabalho até à data. Carlos Simões informa que no início do mandato, o pelouro recebeu um elevado número de queixas por parte dos alunos sobre a cadeira de Computação Gráfica (daqui para a frente referida como CG) e que, como tal, decidiram elaborar um documento onde reúnem todas as queixas consideradas mais gravosas que foi apresentado aos alunos interessados numa reunião geral de alunos feita a 20 de setembro de 2017, tendo o documento sido aprovado por unanimidade por todos os presentes. De seguida, enviaram o documento para a direção do DEEC tendo, posteriormente reunido com o professor da cadeira no dia 9 de novembro de 2017 para ouvir a sua opinião. O professor da cadeira de Computação Gráfica, José Carlos Teixeira, corrige Carlos Simões e informa que foi ele que pediu a reunião entre o professor e o pelouro da Pedagogia do NEEEC. Carlos Simões confirma. Carlos Simões refere que após a reunião foi elaborado um documento final sobre





a mesma que foi publicado para todos os alunos terem acesso. Nesse documento eram referidos os vários detalhes da reunião. Carlos Simões alerta que todos os documentos foram enviados a todos os alunos antes da presente reunião. O professor refere que teve conhecimento do documento escrito pelo Núcleo de Estudantes de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (daqui para a frente referido como NEEEC) através de outra pessoa e que pediu então uma reunião para esclarecer a situação. O professor diz que não sabe qual o documento final de que Carlos Simões se refere ao que João Bento (Presidente do NEEEC) refere ser a ata resultante da reunião de novembro, ao que o professor indica encontrar-se esclarecido. O professor indica que pediu a reunião de novembro para esclarecer tudo o que fosse necessário e tornar clara várias questões. O professor indica pretender dividir a presente reunião em duas partes: esclarecimento das partes factuais, uma vez que foram invocados artigos, regulamentos, etc. e posteriormente falar acerca de opiniões pessoais.

Referentemente ao facto de não cumprir o artigo segundo, o professor José Carlos Teixeira informou que a afirmação é falsa e pediu para os alunos presentes contraporem. Carlos Simões questiona qual o documento a que o professor se refere, ao que este responde estar a basear-se no documento inicial enviado pelo NEEEC à Direção do DEEC. José Carlos Teixeira volta a insistir que caso alguém tenha algo a dizer aproveite este momento para o fazer pois caso contrário fica comprovada que a afirmação é falsa. Afonso Lemos sugere que todos tenham um tempo para poder ler os documentos. José Carlos Teixeira diz que se ninguém disser nada, não se discutirá nada e, como tal, esta reunião não terá qualquer resultado. Jorge Batista alerta que se há factos colocados no documento, agora os alunos têm de justificá-los e volta a insistir que os alunos devem recorrer à coordenação do curso e não à direção do departamento para a resolução de qualquer problema pedagógico. José Carlos Teixeira diz que quando apresenta no início do semestre os critérios, pergunta se há comentários e refere que nunca recebeu quaisquer comentários sobre os mesmos. Refere ainda que, no meio do semestre e no final do mesmo, volta a questionar e diz que volta a não receber comentários. Desta forma, diz que gosta de trabalhar com pessoas de uma só cara e acha que, como tal, devem indicar os comentários que entendam necessários. João Bento, presidente do NEEEC, pediu a palavra e fala de alguns incumprimentos ao qual o professor afirmou que durante todo o semestre não houve comentários sobre o funcionamento da cadeira. Luís Marques tomou a palavra e falou sobre o lançamento das pautas, assunto que o professor pediu para discutir no momento certo de forma a seguir o documento ponto por ponto indicando que o artigo 2 se refere exclusivamente à divulgação dos critérios. Especifica ainda que se refere, neste momento ao ponto 2 do artigo 2. Relativamente ao presente ponto, o aluno afirma não ter então mais nada a apontar, deixando as suas considerações para depois. Ivo Frazão





diz que presume que a queixa sobre este ponto se deve dever à alteração das presenças obrigatórias. O professor José Carlos Teixeira informou que as informações foram colocadas na plataforma InforEstudante logo no início do semestre e que, após o pedido de alteração por parte dos alunos, ao qual ele acedeu, as alterações foram feitas e colocadas na mesma plataforma. Insiste que a alteração foi feita pelos alunos e não entende como é que os alunos pedem uma alteração e, de seguida, fazem uma queixa sobre isso, afirmando que os alunos não têm ética. Bruno Abade tomou a palavra e refere que não se revê no documento e indica que, sobre o assunto da alteração da presença nas aulas foi ele que propôs as alterações, afirmando, contudo, que deveria ter havido um anúncio da alteração. Indica que há coisas no documento que está parcialmente de acordo com os colegas e outras que está parcialmente de acordo com o professor. Reitera que a alteração nos critérios devia ter sido feita através de uma notificação no NÓNIO, mas que, no entanto, uma vez que todos os alunos presentes na aula concordaram com a alteração não devia ter havido qualquer queixa sobre este assunto. O professor agradeceu a frontalidade e informa que o Bruno foi o melhor aluno de toda a edição da cadeira e que foi o único que teve cem por cento de presenças nas aulas. Informou também que pensava que ao alterar o documento que era enviada uma notificação aos alunos, algo que foi dito pelos restantes presentes que não acontece. O professor pede desculpa pelo lapso e explica porque pensava que era assim que o sistema funcionava. João Bento toma a palavra indicando que este assunto só foi abordado no final do semestre, algo que concorda não ser o procedimento mais correto por parte dos alunos, mas que, desde que a pedagogia atual entrou em funções em junho de 2017, esta recebeu inúmeras queixas sobre a cadeira. Reitera ainda que a pedagogia anterior, em funções durante o decorrer do semestre, não recebeu qualquer queixa sobre a cadeira. Salienta também que a cadeira em questão ter sido a que recebeu mais queixas no ano letivo anterior. Pediu também desculpa, em nome do núcleo, por se ter abordado o assunto com a direção do departamento e não com a coordenação do curso, algo que se deveu à inexperiência neste tipo de casos, algo que diz que tentará que não volte a acontecer no que de si depender. Sobre o documento, João Bento diz que o documento foi feito pela pedagogia tentando transmitir na íntegra tudo aquilo que os alunos se queixaram. Diz também que houve alguns argumentos que não foram colocados no documento uma vez que não tinham nenhuma base regulamentar. Salienta também que o documento foi feito por um conjunto de pessoas que em nada teve a ver com a edição da cadeira de 2017, sendo assim um documento totalmente isento e baseado pura e simplesmente nas queixas que chegaram ao email da pedagogia. Tendo em base o documento e as queixas apresentadas, João Bento leu uma das queixas sobre a obrigatoriedade das aulas para explicar do que se tratava a queixa em relação a este ponto do regulamento. José Carlos Teixeira





toma a palavra e reforça a ideia de não ter havido queixas durante o semestre, mas sim ter havido queixas “pela calada da noite”, que apesar de serem anónimas, sabe facilmente quem é o autor de algumas das queixas. Volta a salientar que colocou um documento com as novas regras de funcionamento da cadeira no inforEstudante. Este informa, ainda, que sabe quais as aulas onde os alunos estiveram presentes, devido às folhas de presença, algo que é obrigatório pela própria UC. Ivo Frazão refere que apesar de não ser o mais correto há uma necessidade de serem feitas queixas “pela calada” uma vez que é natural que os alunos não sejam capazes de chegar ao pé de um professor, entendendo-o como uma figura de autoridade, e dizerem na cara, no momento pré-avaliação final, todas as queixas e mais algumas. Realça, portanto, que, havendo um momento de avaliação, não podemos ser ingénuos e achar que as queixas podem ser feitas sempre cara-a-cara. O professor indicou que o semestre passado foi o primeiro com este tipo de reações em 41 anos de carreira do docente. Indica também que existem críticas sem haver qualquer tipo de problema real. Ivo Frazão concorda que alguns dos pontos assinalados podem não ter base real, mas que não se pode tirar ilações gerais pelo facto de algumas queixas não terem veracidade. O professor afirma que foi escrito que o professor sofreu uma derrota, mas que na realidade quem sofreu uma derrota foram os alunos ao tentarem fazer as aulas como eles queriam. Ivo Frazão volta a salientar que não se refere a este ponto, mas a todos no geral. João Bento informa que, apesar do professor referir que este é o primeiro ano em 41 anos que existe algum tipo de queixas, no ano letivo anterior ao que estamos a analisar, houve três queixas que são também referidas no documento. Joel Möllering toma a palavra e questiona o professor sobre a cadeira no presente ano letivo, indicando que, se em 41 anos não houve queixas e, em dois anos, há tanta queixa, então deve-se fazer uma ponderação sobre se a culpa recairá somente sobre os alunos. Alerta, no entanto, que não está a dizer que o professor dá más aulas, mas que se os alunos desta cadeira já estão em mestrado e só se queixam sobre esta cadeira então é porque os alunos poderão não estar contentes com os moldes da cadeira. Diz também que as suas queixas se referem principalmente sobre a avaliação dos trabalhos práticos e às entregas do mesmo. Indica que está inscrito à cadeira este ano pelo que, acima de tudo, gostava de saber quais as modificações que vão existir este ano e como será feita a avaliação.

O professor pede para seguir o documento e volta a perguntar se está claro que aquilo que é sobre o ponto 2 é falso. Afonso Lemos pede a todos os que estão contra o que o professor diz neste momento que levante o braço, sendo que ninguém levanta. JCT afirma que o aspeto é falso e passa ao próximo aspeto.





Após alguma discussão sobre os documentos pelos quais a reunião estava a ser guiada, começa-se a discussão sobre o esforço da cadeira. JCT indica que inicialmente havia 4 trabalhos ao longo do semestre e os alunos saíam contentes. Devido ao esforço, há dois anos reduziu-se para 3 trabalhos e agora, no ano em que houve os problemas, existiram apenas 2 trabalhos. Discute-se agora a submissão o trabalho das aulas práticas no final das mesmas. JCT indica que tal serve para que haja algum compromisso para que os alunos, durante as aulas produzam de facto algum trabalho. Luís Marques afirmou que a razão da queixa feita se deve ao facto de uma grande parte da aula ser de explicação e exploração do OpenGL em si e haver pouco tempo para a execução das tarefas, facto com o qual Joel diz concordar. Luís Marques indica que, se não estivesse acompanhado de um colega que era já repetente, não conseguiria acompanhar as aulas. O professor interrompeu o aluno para contrapor que havia folga para entrega das tarefas de cerca de 15 minutos, mas que o problema é que os alunos queriam um prolongamento até ao final do ano. Joel questiona se a avaliação seria feita sobre a entrega do trabalho apenas ou sobre a qualidade do trabalho entregue, referindo ainda que não acha que ter tão pouco tempo para entregar o trabalho seja bom para a aprendizagem dos alunos. Luís Marques sugeriu uma extensão do prazo para entrega das tarefas das aulas práticas e a realização de um relatório juntamente com o trabalho. O professor afirma que se acabou de provar que é possível haver um diálogo sobre como é possível falar sobre como os problemas da cadeira, reiterando que esta forma de diálogo era a que devia ter sido usada ao longo da cadeira. O professor afirma que todos os aspetos formais apresentados no documento são falsos e que houve um cumprimento integral do regulamento pedagógico. JCT fala acerca do artigo vinte e um, onde é dito que os resultados devem ser divulgados até catorze dias após os trabalhos. Diz que os catorze dias só começam a contar a partir do dia oito de junho, dia em que foi feita a defesa dos mesmos e não da data de entrega dado que essa é apenas uma das fases da avaliação. No que se refere à consulta de provas, JCT admite que não foi publicada uma data para tal, aquando da publicação das notas. Contudo, assim que o primeiro aluno pediu para ver a prova foi marcada uma data para consulta. Informa também que há mais coisas falsas uma vez que houve dois alunos que não puderam ver a prova no dia marcado e, depois da data de consulta, os alunos contactaram o professor dizendo que tinham exame. O professor afirma que estes deveriam tê-lo informado antes da data, mas que, de qualquer forma, o mesmo marcou uma nova data para consulta. JCT afirma que este ano será divulgada uma data juntamente com as notas, assim que elas saíam. JCT fala ainda da lacragem das notas indicando que o regulamento não diz em lado nenhum que as notas não podem ser lacradas assim que as notas são divulgadas. Informa que quando há uma falha da parte do professor numa dada nota, seja pelo motivo que for, existem processos para se alterar as notas,





nunca ficando um aluno com uma nota errada ficando assim vincado que, do ponto de vista formal que o professor diz que os alunos adoram invocar, fica provado que não há qualquer tipo de incumprimento.

Afonso Lemos passa a palavra ao Joel que aguarda pela mesma há bastante tempo. Este pede para que se passe à parte das sugestões para que a cadeira possa melhorar no próximo ano, argumento com o qual o professor concorda de imediato. Afirma ainda que sobre a data para os alunos consultarem as provas parecia haver uma resiliência por parte do professor para que tal ocorresse uma vez que os alunos estão habituados a que a data de consulta seja lançada junto das notas, algo que aqui não aconteceu. O professor contrapôs dizendo que os alunos têm todo o direito de ver as provas, o que respeita, e que não colocou uma data inicialmente devido a hábitos pessoais que irão ser mudados. Diz também que não houve problemas de respostas aos emails uma vez que o professor está sempre online pelo que o professor está sempre comunicável. Luís Marques disse que compreende o professor pois é frequente ser marcada uma data e nenhum aluno comparecer. O professor agradece a compreensão. Luís Marques refere ainda a troca de emails entre o professor e um aluno que provavelmente gerou a queixa sobre este aspeto. Relativamente a este assunto o professor afirma que ficou chocado pois o aluno em questão teve boa nota na componente prática (9,25 em 10) e má nota na componente teórica (0,6 ou 1,1 em 10 no exame) mostrando, na sua opinião, que não percebe patavina da cadeira. Diz também que concorda que não deveria ter dito o que disse. JCT diz que qualquer docente quer dar 20 valores a todos os alunos pelo que ninguém fica feliz em chumbar alunos. Diz que ficou bastante aborrecido pelo facto de a nota mais alta ter sido de dezasseis valores, algo que não costuma acontecer nos outros anos. Antes de se passar a outro assunto, JCT pergunta se os aspetos formais ficam fechados.

O professor Jorge Batista pede a palavra e diz que, estando de fora e lendo o documento e analisando toda a situação após todos estes meses tem a sensação de que se instalou um regime de que qualquer coisinha que seja feita, é algo que é aproveitado para incomodar. Diz que este tipo de coisas são precisamente aquelas que deveriam ter sido faladas ao longo do semestre. No final, acaba por se ver que as questões levantadas não são de todo verdadeiras ou colocam em questão a maneira como o docente procedeu o que não deve ser colocado num documento escrito, como este, de forma tão leviana como foi. Volta a chamar à atenção de que a coordenação de curso deveria ter sido chamada a este processo. Salienta que as queixas que existiram nesta cadeira aplicam-se a outras unidades curriculares e que só aqui foram alvo de crítica, algo que demonstra ao ponto de situação que chegou a cadeira em questão. Jorge Batista salienta ainda que para alguma coisa existe o pelouro de pedagogia do NEEEC e a coordenação de curso e que no final deve ser feito um documento onde deve ser esclarecida toda a situação que se passou.





Pedro Cavaleiro, pediu a palavra, dizendo que não foi aluno da cadeira, mas que no que toca à elaboração do documento, entende fazer uma defesa em nome de todo o núcleo uma vez que o documento foi feito tendo por base apenas as dezenas de queixas que tinham. Salienta que houve várias queixas que ele próprio entendeu mandar fora pois não tinham qualquer tipo de incumprimento no que toca aos regulamentos. Diz também que ficou bem claro que o documento não expressa qualquer opinião do núcleo, mas é sim um aglomerado das queixas obtidas. Crítica ainda o facto de ter havido várias queixas e agora, nesta reunião, haver vários momentos de silêncio fazendo passar uma ideia de que foi o núcleo que inventou as queixas. Jorge Batista interrompe para dizer que lhe parece essencial falar do que há a melhorar e não das queixas sobre o regulamento que, devido ao silêncio das pessoas, parecem não ter sido bem-feitas. Diz ainda que nos inquéritos é muito frequente haver várias respostas de uma forma mais irritada pelo que quem modera os resultados dos inquéritos tem de ter mais cuidado na forma como faz a sua filtragem. Pedro Cavaleiro volta a salientar que nenhum dos alunos envolvidos foi aluno da cadeira pelo que não lhes compete, nem têm capacidade, para decidir sobre o que é verdadeiro ou falso. Jorge Batista diz que nas jornadas pedagógicas é muito frequente verem-se citações, provenientes dos inquéritos, que mostram ter sido escritos de uma forma muito irritada e que, depois, quando se analisa, vê-se que se referem a assuntos muito mais levianos do que aqueles que pareciam ser. Refere também que lhe mete impressão os vários casos, como este, em que uma cadeira passa de um funcionamento estável para um funcionamento perturbado, como aconteceu. Salienta também que a cadeira teve um crescimento exponencial dado o crescimento do número de alunos no ramo de computadores pelo que passa a haver agora mais alunos que não gostam tanto do tema tratado na unidade curricular pelo que a frequentam com menor entusiasmo e dedicação. Jorge Batista indica que gostava que se abordassem os métodos de avaliação desde ano sobre pena de nunca mais se chegar ao final desta reunião se não se terminar a presente conversa.

Afonso Lemos passa a palavra a Pedro Lourenço. Este começa por dizer que não se pode esquecer o passado da cadeira pois se se tivesse olhado para o mau funcionamento da cadeira no passado, os erros da mesma não se teriam repetido neste último ano. Informou que frequentou a disciplina durante dois anos e que no segundo ano decidiu fazer queixa, uma vez que se passaram exatamente os mesmos problemas que no primeiro, pelo que informou o professor disso. Reitera ainda que os seus colegas ainda não fizeram a cadeira pelo que é normal terem algum medo em falar, mas que estes devem ter coragem para dizer cara-a-cara o que está mal e que a reunião deveria ser cancelada uma vez que estão em falta dois professores importantes. Jorge Batista interrompe voltando a dizer que é preciso saber-se o que corria





mal dantes. Pedro Lourenço afirmou que considerava que os trabalhos práticos não tinham métodos de avaliação, sendo esta feita à base do gosto do professor. Afonso Lemos passa a palavra a Luís Marques que propõe dar algumas sugestões para o funcionamento da cadeira. Este é interrompido por José Carlos Teixeira que indica pretender primeiro terminar a parte de análise formal do documento e só depois de terminada essa parte passar à discussão de sugestões. Luís Marques pede então desculpa ao professor dizendo que as queixas que redigiu deviam ter tido um cuidado maior da sua parte e que, por não estar satisfeito relativamente às cotações no momento da consulta do exame de recurso, sem se aperceber que poderia ser considerado como um insulto, resolveu verificar contas no telemóvel, reiterando que não se tratava, de todo, de um insulto.

Afonso Lemos questiona se alguém tem mais algum ponto a falar acerca do documento. Neste momento, o professor, claramente irritado com a situação, eleva o tom de voz dizendo que o aluno Pedro Lourenço foi o único que teve coragem em dizer que iria fazer queixa. Disse também que sabe exatamente quais as queixas que foram queixas por este aluno. Disse também que o documento foi leviano pois o mesmo foi enviado para direções pelo que considera que o seu nome está, neste momento, envolvido em declarações falsas. José Carlos Teixeira indica também que os alunos devem olhar com vergonha para a última página do documento e que o núcleo acusa que o professor pode ser sujeito a um processo disciplinar e que opina que deve deixar de ser docente da cadeira indicando quem deve ser. O professor declara que o núcleo é obrigado a fazer um novo documento a pedir desculpa pela situação e a afirmar que as declarações são falsas, caso contrário o próprio fará esse mesmo documento. O professor diz também que a sua avaliação interna, enquanto docente, feita pela Universidade, é máxima pelo que exige que o seu nome fique limpo. Neste momento Afonso Lemos, presidente da Mesa, pede a todos os presentes para não levantarem a voz, ao qual o professor pede desculpa pela situação. Afonso Lemos pede a alguém do núcleo que faça disposições finais, mas José Carlos Teixeira interrompe dizendo que é uma pessoa que se empenha em tudo o que faz pelo que é normal que se exalte quando o ferem. Carlos Simões, coordenador da Pedagogia, toma novamente a palavra informando que no dia nove de novembro de dois mil e dezassete o pelouro teve uma reunião com o professor onde foram elaboradas duas atas, assinadas por ambos. Pede ao professor para confirmar sendo que o professor confirma. Carlos informa também que houve uma ata da reunião de novembro feita pelo João Dinis Ferreira que o professor e alguém do núcleo assinaram. José Carlos Teixeira indica que a ata foi assinada pelo João e João Bento interrompe para informar que a ata foi assinada pelo João Martins, vice-presidente do núcleo, uma vez que o mesmo esteve na reunião pelo que só ele poderia assinar. Carlos Simões diz que pensava que esta reunião iria servir para





falar do que há a melhorar na cadeira e não para se discutir outra vez o documento. Indica também que, na sua opinião, já existem documentos suficientes a confirmar o que é verdadeiro ou falso naquele documento, mas que se o professor pretender mais um documento oficial a dizer o mesmo e a pedir desculpas, o que considera totalmente aceitável, se encontra inteiramente disponível para o fazer. O professor concorda. José Carlos Teixeira informa que, como disse na reunião com a pedagogia, o Kafka com as suas obras sobre a Teoria da Conspiração, dá uma boa resposta ao que aconteceu pelo que recomenda a sua leitura. Carlos Simões volta a insistir que quer os problemas resolvidos de uma vez para que a cadeira melhor e para que os próximos órgãos da pedagogia do NEEEC não tenham de estar a perder novamente tempo com este tópico. Jorge Batista diz que até agora só dois alunos apontaram problemas, o Joel e o Pedro Lourenço. Após isto gera-se novamente um novo período de confusão na sala, interrompido pelo presidente da mesa, Afonso Lemos.

Afonso Lemos dá por terminada a análise da parte formal da reunião e dá início à parte sobre sugestões para o desenrolar da presente edição da cadeira. Joel pergunta quantos dos presentes estão inscritos na cadeira. JCT pergunta quais desses são novos alunos da cadeira. Bruno Abade toma de novo a palavra, reforçando que não se identifica no documento apresentado e que contactou o núcleo de modo a informar de tal e expõe aqueles que, na sua opinião, são os verdadeiros problemas. Indica que uma das críticas com que não concorda é com a falta de clareza do que é avaliado nos trabalhos práticos. Contudo diz que existe uma falta de especificação naquilo que é pedido nos trabalhos sendo que os trabalhos não têm requisitos nem diz como os mesmos serão avaliados. O professor incentiva o aluno a falar sobre as críticas e afirma que o Bruno sempre referiu tudo o que achava que estava mal. Diz que não está plenamente de acordo com a situação dos requisitos pois, na área em que estamos, considera ser necessário haver liberdade para que os alunos possam dar asas à imaginação.

Luís Marques toma a palavra sugerindo alterações. Pede para que sejam atribuídas percentagens a cada um dos requisitos. Diz que entende que a forma como os enunciados estão feitos dá espaço para criatividade, mas sugere novas alterações: ser dado mais do que um tema. Diz que, referente à bibliografia da disciplina, o documento apresenta argumentos falsos sendo que, na sua opinião, existe exatamente o problema oposto, existem demasiados meios biográficos fazendo com que os alunos se percam no meio da mesma aquando do estudo para a disciplina, fazendo com que os alunos recorram ainda mais à internet. Luís Marques pede também para que seja reestruturada a forma como está feita a sebenta da cadeira pois esta não contém informação quase nenhuma. JCT diz que fica grato pela crítica e volta a realçar que é assim que se trabalha. Em resposta diz que dos vários livros dispostos só um é fundamental, o que indica





ter dito na primeira aula. Diz que para resolver o problema irá por essa indicação no InforEstudante. Em relação à sebenta diz que esta se encontra muito organizada com hyperlinks e formatação. O professor indica ter ficado abismado por alguém dizer este teria feito “copy-paste” o que era incorreto sendo que estes apontamentos servem apenas como guia daquilo que foi dado na cadeira tendo por objetivo fazer com que os alunos tenham a obrigação de ir ao livro para estudar para a cadeira. Diz que se calhar este tipo de documentos é informação a mais e é melhor os alunos não terem nada. JCT insiste que os guias não devem ser entendidos como uma sebenta uma vez que não são, de facto, uma sebenta. Luís Marques acrescenta mais sugestões propondo a divisão do exame em duas frequências uma vez que, na sua opinião, o exame é excessivamente grande e pesado. Indica também que seria interessante passar-se a utilizar uma versão mais recente do OpenGL pois a versão 1.0 é excessivamente antiga e já não tem qualquer tipo de suporte.

Ivo Frazão toma a palavra e questiona porquê que os alunos nunca foram informados das percentagens de avaliação nos trabalhos, que descobriu hoje existirem. Diz também que na sua defesa do trabalho existiram discrepâncias entre o que o professor disse com a avaliação recebida, pois após ser informado que o seu primeiro trabalho era superior ao segundo, obteve a mesma classificação em ambos. Indica também que tem noção que a nota deva ser um conjunto de números para que ele tivesse uma nota mínima que lhe permitisse ir a exame, contudo o argumento de um trabalho ser claramente superior esbate-se em notas redondas iguais em ambos os trabalhos. Ivo afirma que teve de utilizar uma versão mais recente do software para poder implementar as texturas e que sentiu que na sua defesa existia maior foco no facto de ter utilizado software mais recente do que propriamente no trabalho realizado, concluindo que não percebeu de todo a avaliação. Indica também que não viu nunca mais o professor desde esse dia pelo que não teve possibilidade de questionar pessoalmente qual o motivo da avaliação pelo que acha que os critérios e notas detalhadas deviam ter sido publicadas no inforestudante. Pedro Lourenço afirma que passou exatamente pela mesma situação mas que questionou o professor via email sobre este assunto sugerindo uma revisão dos trabalhos ao qual teve uma resposta de que não havia nada a rever. Indica que não houve flexibilidade para qualquer revisão. Joel Möllering lê o enunciado do trabalho do ano anterior e volta a sugerir novamente a apresentação das percentagens bem como uma maior transparência das pautas, disponibilizando-se as notas publicamente. Realça que é importante os alunos verem o que erraram no primeiro trabalho para melhorarem no segundo. Relativamente às pautas, o professor afirma que tem um ficheiro excel com todas as avaliações e que seria mais fácil colocar uma cópia das pautas em vez de enviar emails individualmente, algo que passará a fazer a partir de agora. Informa também que após





entrega dos trabalhos será marcada a defesa dos mesmos (logo após a entrega do primeiro trabalho será feita a defesa do primeiro trabalho) e que será colocado na plataforma Inforestudante uma cópia da folha com as notas dos alunos. Indica também que o envio das notas individuais era um ato de simpatia e que não sabia que este era mal-entendido. João Bento toma a palavra e diz que concorda com o professor Jorge Batista dizendo que há problemas simples em inúmeras cadeiras que não são alvos de queixa e que estes até poderiam ser resolvidos de forma informática, mas que agora não é isso que está em questão. Sugere que nos trabalhos seja apresentado um mínimo de requisitos a apresentar nos trabalhos e volta a referir a discrepância apresentada por Ivo Frazão dizendo que não é normal haver uma nota redonda e igual quando é dito que os trabalhos são tão diferentes no que toca à sua qualidade. Sugere também que seja feita uma defesa de cada trabalho após a sua entrega, como já foi referido. JCT questiona João Bento sobre se sabe porque só houve uma defesa única do trabalho indicando que os alunos pediram para ser feita uma defesa única em junho ao qual João Bento diz ter uma noção de que não foi isso o combinado dado que várias pessoas pediram para se fazer logo uma avaliação chegando a haver apresentações dos trabalhos de forma informal no bar. JCT diz que as apresentações dos trabalhos no bar foram apenas como que um atendimento para dúvidas. Joel Möllering toma a palavra e volta a referir que os trabalhos das aulas práticas são realizados em muito pouco tempo questionando o professor de como pretende proceder. O professor refere que quando tem uma data limite para fazer um dado trabalho, ele aparece feito, quando não têm as coisas vão ficando por fazer. Diz também que não gostou do funcionamento das aulas práticas e que considera que os alunos têm noção de que elas não correram da melhor forma uma vez que não havia compromisso em se tentar fazer alguma coisa. Diz que o prazo de entrega dos trabalhos acaba por ser uma pressão para que algo seja feito durante as aulas práticas. O professor chama ainda a atenção que a avaliação das aulas práticas é muito ligeira pelo que não existe nenhuma exigência enormíssima de trabalho a entregar até ao final da aula. Afonso Lemos passa a palavra ao João Bento que refere que durante as aulas práticas é importante haver de facto alguma pressão para que as coisas sejam feitas. Contudo, indica que as aulas práticas são prático-laboratoriais, mas na realidade mais de 75% do tempo é perdido a explicar conceitos práticos pelo que, na sua opinião, não acha que seja necessário estender o prazo até ao final do dia, mas é importante que a aula prática seja usada para fazer o trabalho e que a explicação seja feita nas aulas teóricas. João Bento pede também uma resposta ao que sugeriu anteriormente. O professor indica ser de acordo com as sugestões feitas pelo João Bento. Ivo Frazão concorda com o exposto por João Bento no que toca à exposição de matéria nas aulas práticas e expõe um exemplo que se passou consigo nas aulas práticas: após expor uma dúvida, o professor diz que o aluno





não esteve atento durante a exposição e que não esclareceu a dúvida, e que esta situação ocorreu várias vezes quer consigo, quer com os seus colegas. Ivo refere que é impossível decorar tudo o que é dito no início da aula e como não há apontamentos, nem slides, é normal que existam dúvidas a seguir. O professor diz que se estão a entrar em pormenores que já ninguém se lembra e que, falando no âmbito geral, a forma de estar das pessoas nas aulas práticas gerou um mau estar nas aulas em questão. O professor sugere que a aula comece às 9h15 e que a partir dessa hora não entre mais ninguém, contudo diz que não vai impor tanto rigor, mas que era a sua vontade. Diz que irá dispor de quinze minutos da aula prática para exposição e que o resto da aula seja dedicada à realização das tarefas. João Bento sugere que aos trabalhos sejam divulgados com mais tempo de antecedência para que os alunos cheguem à aula minimamente preparados para a aula em questão. Diz também que não considera interessante ser disponibilizado um código final dos programas pois assim ninguém aprende, mas que seria vantajoso ser apresentado excertos do código, explicando para que serve, em slides a disponibilizar para que os alunos tivessem no decorrer da aula. Afonso Lemos pergunta ao professor se quer acrescentar algo ao que este responde ter ouvido e anotado. Bruno Abade toma a palavra, e diz que uma das críticas mais bem fundamentadas que viu foi o facto da API utilizada ser desatualizada. JCT diz que a cadeira até poderia ser dada sem recorrer a qualquer tipo de API pelo que só se a cadeira fosse dedicada a fazer jogos ou outro tipo de software em específico é que se deveria utilizar uma dada API em específico. No que se refere à entrega de trabalhos, Bruno Abade indica que se calhar é melhor arranjar uma nova forma para se fazer a avaliação dos trabalhos práticos porque apesar dos trabalhos serem divulgados atempadamente alguns conceitos foram explicados já em cima do prazo final de entrega. Sugere ainda que as primeiras aulas, que são perdidas por ainda não haver matéria dada, sejam utilizadas para se explicar os conceitos práticos a utilizados nas aulas seguintes.

João Bento refere que alguns conceitos foram lecionados muito próximos da data de entrega, ao qual o professor concorda com a situação. Sugere também que aulas sejam mais condensadas, dando o exemplo de as últimas aulas práticas servirem para a realização do projeto. JCT indica que a texturação foi lecionada a 24 de maio e que a entrega foi a 4 de junho. Luís Marques concorda com João Bento, relativamente à divulgação dos trabalhos de cada aula prática previamente antes das aulas, comparando com a cadeira de eletrónica onde existe uma preparação da aula que é necessário trazer de casa. Sugere também que o professor indique o que vai ser dado na semana seguinte e o que deve ser lido, no que toca a bibliografia. João Bento sugere que o professor disponibilize os slides que explica no início das aulas práticas no inforestudante para que os alunos possam ler em casa e na aula possam começar logo a trabalhar na parte prática em si. João Bento refere que, na sua opinião, esta cadeira é a que mais problemas





tem no que toca ao software, em todo o curso, aconselhando uma maior paciência para ajudar a instalar os programas necessários para a cadeira para que todos possam ter as ferramentas necessárias a funcionar.

Gabriel Lopes pede a palavra e indica que se encontra presente na reunião para informar que tem presença com uma das aulas (a de quarta-feira) pelo que só pode frequentar a aula de terça-feira pelo que fica automaticamente chumbado. JCT informa que não fica chumbado. Gabriel Lopes diz que uma vez que existe um mínimo de 75% de presenças, fica chumbado. JCT diz que não chumba, mas que passa a ter que ir ao exame de recurso. Realça também que quando existem motivos reais arranjam-se sempre soluções, mas que se disser agora que não há problema, no dia seguinte 50 ou 60% dos alunos terão uma desculpa para não ir às aulas. Jorge Batista realça que havendo tantas cadeiras opcionais é difícil haver encaixe entre todos os horários pelo que acha que o problema não tem solução.

Afonso Lemos pergunta se há algo mais a discutir sobre este assunto. O professor José Carlos Teixeira pede a palavra indicando que esta segunda parte da reunião foi muito produtiva e apela ao bom funcionamento da cadeira no presente ano letivo. Diz que os alunos lidam com um professor que quando pode dar ajuda, a dá com todo o gosto e que a dá quando os alunos identificam algo que não está bem. Diz também que tudo se resolve falando e que o facto dos alunos se calarem não resolve nada. Informa que haverá um maior rigor nas regras e chama à atenção para a necessidade de honestidade entre todos.

Carlos Simões toma a palavra e informa da existência dos Delegados de Ano, que irão ser eleitos na próxima semana, para tentar esclarecer algum problema, ao qual o professor pede para que estes falem logo com o delegado de ano sobre algum assunto que não tenham coragem, embora indique que não percebe porque não há de haver coragem, e que o delegado deve falar de imediato com o professor.

Afonso Lemos dá por encerrado o assunto e pergunta se alguém tem outro assunto.

João Bento toma a palavra e indica que até ao final do mês de março, por imposição da alteração aos Estatutos da Associação Académica de Coimbra, o Regulamento Interno do Núcleo vai ter de ser alterado. Contudo, na RGA de dezembro, foi aprovada a revisão do regulamento para o dia 14 de fevereiro mas a AAC informou recentemente que o regulamento de administração e de tesouraria serão aprovados em Assembleia Magna apenas no final do presente mês pelo que João Bento pede agora para que se adie a alteração do regulamento interno do NEEEC para março. Afonso Lemos leva a votação a proposta formulada tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

João Bento toma a palavra e agradece a presença de todos na presente reunião, o trabalho do Carlos e do restante pelouro e pede a todos os alunos que façam as queixas através do email da pedagogia, o





mais cedo possível. Indica também que irão passar a existir Delegados de Ano pelo que este será mais um meio de contacto entre alunos, professores, núcleo e coordenação de curso.

Jorge Batista, coordenador do MIEEC, informa da criação de um conselho de coordenação que vai englobar todos os delegados de ano para além do núcleo e da coordenação de curso, devendo ser um órgão que reúne com regularidade, sendo um órgão que está previsto nos estatutos.

João Bento informa também que estão a decorrer os inquéritos pedagógicos do 1º semestre e que não pode haver poucas respostas pois assim a opinião de uma só pessoa é a considerada o que pode nem de perto nem de longe representar a opinião de todos os estudantes.

Não havendo mais assunto a tratar, Afonso Lemos agradece a presença dos professores e dos alunos e deu por encerrada a reunião.

